



Comissão Especial sobre
MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS - CEMDP

1 Aos quatorze dias de novembro de 2024, às nove horas e quarenta minutos, deu-se
2 início à segunda reunião da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,
3 realizada no Memorial da Resistência, na cidade de São Paulo. Estavam presentes os
4 seguintes conselheiros: Eugênia Augusta Gonzaga – Presidenta; Diva Santana –
5 Representante dos familiares de mortos e desaparecidos políticos; Maria Cecília de
6 Oliveira Adão – Representante da Sociedade Civil; Rafaelo Abritta – Representante do
7 Ministério da Defesa; Natália Bonavides – Representante da Comissão de Direitos
8 Humanos da Câmara dos Deputados; Ivan Cláudio Garcia Marx – Representante do
9 Ministério Público Federal; Vera Paiva – Representante da Sociedade Civil. Pelo
10 Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania estavam presentes: Caio Cateb –
11 Coordenador-Geral de Apoio à CEMDP; Elaine Pires – Coordenadora de Apoio à CEMDP
12 e Carlos Eduardo Paiva – Servidor da CG.CEMDP. Participaram de maneira remota: Liz
13 Lima – Apoio administrativo/CG.CEMDP; Íthalo Rocha – Apoio administrativo/
14 CG.CEMDP; Amparo Araújo – Sociedade Civil; e Ari Santiago – Sociedade Civil. A reunião
15 iniciou-se com uma rodada de apresentações, seguida dos seguintes informes.
16 **Informes.** Informes da presidenta Eugênia Gonzaga: 1) Foi realizada uma reunião com a
17 ministra Macaé Evaristo, que demonstrou interesse no tema da comissão e nas políticas
18 sobre memória e verdade, além de dar aval para a realização das medidas de
19 planejamento da comissão, inclusive captação de emendas parlamentares; 2) Reuniu-se
20 também com o deputado Odair Cunha, que se comprometeu a agendar uma reunião
21 com a bancada do Partido dos Trabalhadores, a fim de assegurar emendas
22 parlamentares para a continuidade dos trabalhos da comissão; 3) A presidenta informou
23 que visitou no mês de outubro o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF)
24 e o Laboratório de Identificação Humana (LABIH) da Universidade Federal de São Paulo
25 (UNIFESP), este último criado com recursos do Termos de Ajustamento de Conduta
26 (TAC) do caso Volkswagen. Também informou sobre sua visita às dependências do
27 Instituto de Pesquisa de DNA Forense (IPDNA) da Polícia Civil do Distrito Federal.
28 Concluiu que o laboratório da Unifesp ainda está em fase de implantação e não há
29 tecnologia para ossos antigos e nem para grandes quantidades. Em contrapartida, o
30 laboratório do Distrito Federal está pronto, em funcionamento e com muita qualidade
31 técnica e capacidade de processamento; e 4) Eugênia Gonzaga informou sobre o convite
32 e a participação da CEMDP e da CG.CEMDP no seminário internacional “Sistemas de
33 busca de identificação de personas desaparecidas”, a ser realizado no mês de



34 novembro de 2024 em El Salvador. A presidenta representará a Comissão e Elaine Pires
35 representará a CG.CEMDP; e 5) por fim, Eugênia Gonzaga agradeceu à diretora do
36 Memorial da Resistência, Ana Pato, pela acolhida da CEMDP. Agradeceu também ao
37 Núcleo Memória pela visita guiada ao antigo DOI-CODI e à equipe do CAAF pela
38 recepção. A conselheira Diva Santana informou 1) que houve uma reunião com os
39 familiares de pessoas mortas e desaparecidas, que expressaram a necessidade de
40 criação de um comitê de acompanhamento e apoio à comissão, para garantir a
41 continuidade dos trabalhos mesmo em situações adversas; e 2) a respeito da dificuldade
42 de alguns familiares em obter a certidão de óbito de seus entes queridos, citando como
43 exemplo os familiares de Luís Antônio de Santa Bárbara. Eugênia Gonzaga afirmou que
44 uma lista foi enviada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que sejam emitidos
45 novos assentos de óbito e foi confirmado que o nome da vítima citada consta na referida
46 lista; 3) Diva Santana também questionou sobre o funcionamento do Comitê de
47 Acompanhamento dos Trabalhos de Perus. Caio Cateb informou que o Grupo de
48 Trabalho de Perus não existe mais, mas que o Acordo de Cooperação Técnica celebrado
49 pelo o MDHC, a UNIFESP e a Prefeitura de São Paulo, prevê um comitê de
50 acompanhamento que funciona por convocações anuais. Eugênia Gonzaga informou
51 que solicitará uma audiência com o juiz responsável pelo caso Perus para se apresentar
52 como presidenta da CEMDP; e 4) Diva Santana solicitou, em nome dos familiares de
53 pessoas mortas e desaparecidas, uma audiência entre a Ministra de Estado dos Diretos
54 Humanos e da Cidadania, a sra Macaé Evaristo. Eugênia Gonzaga sugeriu que a audiência
55 ocorra ainda neste ano, virtualmente. A deputada a Natália Bonavides relatou que, em
56 Natal, a filha do senhor Glênio Sá produziu um documentário intitulado *Não Foi Acidente*
57 e que a família solicitará a inclusão do nome da vítima entre os mortos oficiais. O
58 conselheiro Rafaelo Abritta deu um informe sobre o fato ocorrido no dia 13 de
59 novembro em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Caio Cateb informou que, no
60 último mês, a Coordenação-Geral da CEMDP conseguiu se reunir com os mandatos dos
61 parlamentares Ivan Valente, Chico Alencar e Luiza Erundina, que se manifestaram
62 dispostos a apoiar financeiramente e politicamente os trabalhos da Comissão. A
63 conselheira Diva Santana acrescentou que os deputados Orlando Silva e Jandira Feghali
64 também se posicionaram favoráveis à Comissão e se comprometeram a ajudar com
65 emendas parlamentares. Caio Cateb informou que o MDHC está aditivando a Carta
66 Acordo com o CAAF para enviar mais recursos para análise das ossadas de Perus e para
67 análise do caso Petrópolis. Informou também que o Governo do Estado do Pará
68 convidou a CEMDP para participar da cerimônia de abertura da Comissão sobre Mortos
69 e Desaparecidos Políticos da Amazônia, evento previsto para a última semana de março
70 de 2025. A CEMDP deliberou que participará da cerimônia e manifestou interesse em
71 efetivar uma parceria com a Comissão da Amazônia, definindo os membros que
72 participarão da cerimônia posteriormente. **Pauta. 1. Leitura e aprovação da Ata da 1ª**
73 **Reunião Ordinária.** Foi aprovada a ata da Primeira Reunião Ordinária da CEMDP, por



74 unanimidade, sem correções. **2. Apreciação do Plano de Atividades de 2025.** Caio Cateb
75 apresentou o plano de trabalho da CEMDP, destacando a existência de novos casos
76 pendentes que poderiam ser retomados e a incorporação das sugestões da sociedade
77 civil na primeira reunião ordinária da Comissão em 2024. O plano também aborda a
78 retificação dos assentos de óbito e prevê um segundo Encontro Nacional com os
79 familiares de mortos e desaparecidos políticos em dezembro de 2025, marcando os 30
80 anos da CEMDP. Ainda, o calendário das reuniões trimestrais proposto inclui encontros
81 em diferentes regiões do país, priorizando locais de buscas e memória. A conselheira
82 Diva Santana sugeriu que, além das reuniões trimestrais de trabalho, a CEMDP promova
83 mais encontros regionais com atos e audiências públicas. A presidenta Eugênia Gonzaga
84 propôs que as reuniões ordinárias presenciais sejam intercaladas com reuniões online,
85 realizadas na terceira sexta-feira de cada mês, às 16 horas, para evitar conflitos de
86 agenda. As reuniões presenciais foram planejadas para as cidades de Recife, Porto
87 Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, nesta ordem, considerando os equipamentos de
88 memória existentes ou em construção nestes locais, assim como casos de
89 desaparecimentos e mortes os quais se debruça a CEMDP. A última reunião de 2025
90 será realizada em Brasília em conjunto com o Encontro Nacional dos Familiares e as
91 comemorações dos 30 anos da CEMDP. A presidenta Eugênia Gonzaga também propôs
92 que, em 2026, seja elaborado um novo relatório da CEMDP. O plano de atividades foi
93 aprovado por unanimidade, sem correções, como consta no **Anexo I**. As sugestões da
94 sociedade civil realizadas na primeira reunião ordinária da Comissão em 2024, não
95 incorporadas ao plano de trabalho, foram tratadas conforme o ponto 5 da pauta da
96 reunião. **3. Apreciação da Proposta de Portaria da Equipe de Identificação de Mortos**
97 **e Desaparecidos Políticos.** A presidente apresentou a portaria que designará a
98 composição da EIMDP (Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos),
99 que trabalhará em parceria com a CEMDP e incluirá profissionais de apoio aos trabalhos
100 de busca e identificação de remanescentes humanos. Essa equipe será monitorada pela
101 Coordenação da CEMDP. Caio Cateb mencionou que, até 2018, havia uma lista de
102 profissionais responsáveis por elaborar relatórios e enviá-los ao MDHC. Atualmente, o
103 MDHC vislumbra que para as atividades de buscas o ideal será realizar parcerias com
104 instituições. Ele também solicitou a correção do inciso 5 do parágrafo III, atribuindo à
105 Coordenação de Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos a mediação
106 com a EIMDP. Outras correções de redação foram sugeridas e serão realizadas, como
107 consta no **Anexo II**. **4. Procedimentos em despacho. Caso Petrópolis/Anexo Lista**
108 **(00135.217058/2023-60 e 00135.220628/2024-80).** A presidenta Eugênia Gonzaga
109 informou que foi comunicada sobre Inquérito do Ministério Público Federal que
110 investiga o caso de uma caixa de remanescentes ósseos misturados na cidade de
111 Petrópolis, em procedimento que corre em segredo de justiça. Com a retomada da
112 CEMDP, a Comissão passou a acompanhar o caso e deverá integrar um Acordo de
113 Cooperação Técnica a ser celebrado junto ao CAAF e ao MDHC. A CEMDP realizou



também uma reunião com os familiares de possíveis vítimas listadas anteriormente no âmbito do procedimento administrativo. A presidenta propôs que os trabalhos de identificação sigam os mesmos protocolos aplicados no caso de Perus, ampliando o escopo de possíveis vítimas e através do envio de amostras genéticas ao laboratório que atualmente analisa os remanescentes ósseos de Perus. Por esse motivo e diante dos questionamentos de familiares relacionados à listagem de possíveis vítimas, nova relação ampliada foi elaborada para ser proposta pela CEMDP como listagem inicial para o início dos trabalhos de identificação. Foi esclarecido que, no caso em que não há material genético de familiares coletado, o CAAF poderá realizar a coleta e que, desde 2014, são colhidas três amostras genéticas, duas ficam sob a guarda da CEMDP e uma do CAAF. A presidenta informou que solicitará o compartilhamento do banco de DNA do ICMP sobre o caso Perus para o CAAF. A listagem apresentada foi aprovada como consta no **Anexo III**. Ficou decidido também que as famílias de vítimas adicionadas posteriormente, assim como as que não puderam comparecer na reunião já realizada, serão convidadas para uma nova reunião para esclarecimento do caso. A conselheira Natália Bonavides assumiu a relatoria do caso . **4. Procedimentos em despacho. Casos Lia Cecília da Silva Martins e Rosângela Serra Paraná Burbach (00135.222314/2024-11 e 00135.207607/2023-98)**. Foi informado que a CEMDP recebeu ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão solicitando o encaminhamento de informações sobre processos abertos e laudos de DNA sobre Rosângela Serra Paraná e Lia Cecília da Silva Martins (00135.207607/2023-98). Rosângela Serra Paraná Burbach (00135.207607/2023-98). A Comissão também recebeu processo aberto junto à CEMDP em que Rosângela Paraná e sua filha solicitam ajudam para encontrar os pais biológicos de Rosângela. A Comissão consentiu que entende que ambas podem ser consideradas familiares de desaparecidos e deliberou pelo cruzamento de seus dados genéticos com os de familiares de desaparecidos para tentar esclarecer as hipóteses. A conselheira Diva Santana sugeriu a coleta de DNA dos familiares de mulheres desaparecidas no Araguaia, a fim de cruzá-los com os dados genéticos da senhora Lia Cecília. **4. Procedimentos em despacho. Processos abertos referente a João Maria Ximenes (0015.218415/2018-40) e a Juscelino Kubitschek (00135.215368/2024-21)**. A presidenta Eugênia Gonzaga apresentou os dois novos processos recebidos. O caso de João Maria Ximenes, é de reconhecimento como desaparecido político, enviado pela Comissão da Verdade da PUC-SP. Em relação a Juscelino Kubitschek, trata-se de investigação de que o ex-presidente teria sido vítima de assassinato, solicitada por Gilberto Natalini. Decidiu-se pelo envio de consulta à área jurídica do Ministério sobre a possibilidade de abertura de novos casos. Os conselheiros Eugênia Gonzaga, Ivan Marx, Rafaelo Abritta e Natália Bonavides ficaram responsáveis por elaborar consulta à Consultoria Jurídica do MDHC. A conselheira Maria Cecília assumiu a relatoria dos casos de Juscelino Kubitschek (00135.215368/2024-21) e de João Maria Ximenes (00135.222314/2024-11). **5. Outras deliberações. Remanescentes ósseos do caso Araguaia.** A presidenta Eugênia Gonzaga



trouxe à pauta o tratamento a ser dado ao conjunto de remanescentes ósseos, possivelmente de pessoas mortas e desaparecidas da Guerrilha do Araguaia, que se encontram na Universidade de Brasília (UnB). Decidiu-se pelo envio para análise ao laboratório da Polícia Civil de Brasília, que possui infraestrutura para lidar com o material. O trabalho será monitorado por um comitê de acompanhamento com a presença de familiares. A composição do comitê será decidida posteriormente pela CEMDP. Primeiramente, será solicitada audiência com o juiz e o promotor do Caso Araguaia, para tratar dos trabalhos de identificação. 5. **Outras deliberações. Arquivos dos Centros de Informações das Forças Armadas.** Ficou decidido que será proposta uma audiência com o Ministério da Defesa para conhecer as instalações de arquivos das Forças Armadas e iniciar uma aproximação a fim de coletar dados sobre documentações perdidas e extraviadas do período da ditadura militar. A relatoria desse procedimento ficará a cargo do conselheiro Rafaelo Abritta. A conselheira Diva Santana ressaltou que, caso o Ministério da Defesa ou a ABIN alegue que documentos foram extraviados ou destruídos, tal informação deve ser registrada formalmente. Caio Cateb informou que a Agência Brasileira de Inteligência Nacional (ABIN) entregou recentemente um conjunto documental do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) ao Arquivo Nacional e sugeriu uma reunião com o diretor da ABIN para discutir a política de entrega de arquivos. A conselheira Natália Bonavides propôs a criação de um projeto de extensão universitária para organizar e analisar esses documentos, enquanto a conselheira Vera Paiva destacou a importância de questionar os órgãos responsáveis como um ato político de memória. 5. **Outras deliberações. Intercâmbio de informações e de compartilhamento de dados genéticos relativos à Operação Condor.** O conselheiro Ivan Cláudio Marx assumiu a relatoria e a abertura de um procedimento específico para tratar do compartilhamento de bancos de DNA relacionados à Operação Condor, com instituições semelhantes na América Latina. 5. **Outras sugestões. Campanha pública para entrega de documentos particulares.** A conselheira Maria Cecília Adão sugeriu a criação de uma campanha pública sobre os documentos de mortos e desaparecidos na ditadura. 6. **Palavra aberta do público.** Encerrada a pauta da segunda reunião ordinária da CEMDP, a Comissão passou a ouvir os membros da sociedade civil presentes. O Sr. Ari Santiago informou ter identificado inconsistências nos seus registros civis e relatou que, ao buscar atendimento na Defensoria Pública de São Paulo, foi constatada a possibilidade de que ele seja um desaparecido político raptado. Santiago solicitou apoio da CEMDP e foi orientado a formalizar seu pedido por meio do e-mail oficial da comissão. A conselheira Vera Paiva recomendou que o Sr. Santiago entregue os documentos relacionados à sua situação no Departamento de Psicologia da USP, onde ela leciona. A Sra. Amparo Araújo questionou como proceder para solicitar novamente o atestado de óbito de seu irmão. A presidenta Eugênia Gonzaga respondeu que todos os assentos de óbito serão encaminhados aos familiares após a resolução do CNJ sobre os procedimentos necessários. **Encerramento:** A presidente da Comissão, agradeceu a



Comissão Especial sobre
MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



194 participação e declarou encerrada a segunda reunião ordinária da CEMDP.
195 **Encaminhamentos:** Definir participação de conselheiros na cerimônia de abertura da
196 Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Amazônia; encaminhar ofício à
197 Ministra solicitando reunião com familiares; definir datas de reuniões mensais remotas
198 da CEMDP; Fazer correções pontuais apontadas na proposta de Portaria da EIMDP e
199 encaminhar para Consultoria Jurídica do MDHC; elaborar e encaminhar à Consultoria
200 Jurídica do MDHC consulta quanto à possibilidade de reabertura de novos casos;
201 encaminhar ao MP de Petrópolis e CAAF proposta de lista de prováveis vítimas da Casa
202 da Morte; realizar nova reunião com familiares de prováveis vítimas da Casa da Morte;
203 responder ofício enviado pela PFDC sobre Lia Cecília e Rosana Paraná; solicitar coleta
204 genética feita pela PRFDC das senhoras Lia Cecília e Rosana Paraná para cruzamento
205 com familiares; solicitar audiência com juiz e promotor do caso das ossadas sob guarda
206 da UNB; solicitar audiência com Ministério da Defesa sobre visita aos centros de
207 informação; procurar estabelecer parceria com países vizinhos p/ intercâmbio de amostras
208 relacionadas à Operação Condor. **Anexos:** Plano de atividades 2025 (Anexo I), Proposta de
209 Portaria da Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos (Anexo II),
210 Listagem de prováveis vítimas da Casa da Morte (Anexo III).